

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO INFORMAL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES
DE TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

MATHEUS MOREIRA SOARES

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO INFORMAL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES
DE TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

MATHEUS MOREIRA SOARES

Sob a Orientação da Professora
Marisol Valencia Orrego

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ
Julho de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S676s SOARES, Matheus Moreira, 1998-
Serviço Social e Trabalho Informal: Uma Análise das
Relações de Trabalho no Modo de Produção Capitalista /
Matheus Moreira SOARES. - Nova Iguaçu, 2023.
50 f.: il.

Orientadora: Marisol Valencia ORREGO. Trabalho
de conclusão de curso (Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

1. Trabalho informal. 2. Capitalismo. 3.
Desemprego. 4. Serviço Social. I. ORREGO, Marisol
Valencia, 1977-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Serviço Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 3152 / 2023 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.053170/2023-14

Seropédica-RJ, 10 de agosto de 2023.

Matheus Moreira Soares

SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO INFORMAL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 19 de julho de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marisol Valencia Orrego
Orientadora - presidente (DEDH/UFRRJ)

Prof. Dr. Marco Antonio Perruso
Membro interno (DeptCS/UFRRJ)

Prof. Dr. Mauricio Caetano Matias Soares
Membro externo (UFRJ)

(Assinado digitalmente em 11/08/2023 11:48)
MARCO ANTONIO PERRUSO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCS (12.28.01.00.00.00.83)
Matricula: 1691203

(Assinado digitalmente em 11/08/2023 10:11)
MARISOL VALENCIA ORREGO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)
Matricula: 1043744

(Assinado digitalmente em 13/08/2023 11:45)
MAURICIO CAETANO MATIAS SOARES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 079.417.647-09

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **3152**, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **10/08/2023** e o código de verificação: **746b579a31**

Dedico este trabalho à minha família,
a essas mulheres pretas que contribuíram
para minha formação de Bacharel em Serviço Social.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me proporcionou força e vontade para completar essa etapa tão árdua em minha formação.

Com carinho especial meus sinceros agradecimentos à minha família que possibilitou e me ajudou em todos os momentos durante a graduação. Dona Nádia, minha mãe, mulher que enfrentou muitas dificuldades na vida, trabalhadora doméstica que abdicou de muitos sonhos pessoais para que eu pudesse realizar os meus não há palavras suficientes para expressar o meu amor por você.

Agradeço também à minha avó Zilda Francisco, por ser a melhor avó do mundo, por sempre confundir assistência social com Serviço Social e me fazer rir e principalmente por nunca desistir de mim, te amo vó.

Gostaria de agradecer às minhas tias Nilda, Simone, Nilma, Zilma, Neide e Nilza (*in memoriam*) que sempre oraram por mim, me ajudaram com incentivos, seja com palavras ou financeiramente, vocês são muito especiais para mim e amo cada uma.

Agradeço ao meu irmão mais velho Júlio César por todo apoio e carinho, por cada palavra dita, por nos meus períodos iniciais de graduação ter me ajudado na compra dos livros de Serviço Social e sempre me encorajado da melhor forma possível a nunca desistir.

Também agradeço a meu pai, José César, por me perguntar constantemente sobre a graduação, pela compra dos livros, pelo auxílio com minhas viagens na apresentação de trabalhos e pelo carinho comigo.

Deixo meu agradecimento, também, ao meu amigo e irmão do coração Jeferson Douglas, por ser alguém tão especial pra mim e me proporcionar uma das melhores amizades possíveis, que contribuíram para minha permanência na graduação.

Agradeço também a Igor Souza, por me inspirar, me encorajar e me animar diariamente para concluir meu TCC. Obrigado pela presença no dia da minha defesa e por dizer que tudo ficaria bem, cada palavra de incentivo sua foi de suma importância para mim e obrigado por ser a minha pessoa em dias bons e ruins.

Aos meus queridos amigos da Rural, Lohany, Isadora, Isabelly, Isabela e Kadu, gostaria de agradecer por cada risada, pelos abraços, pelo carinho e por entenderem a minha demora em muitas conversas por whatsapp, amo vocês. Não poderia deixar de evidenciar um abraço especial a essas pessoas: Lohany e Isadora, que desde o

primeiro momento estiveram comigo na graduação, amo vocês meninas e muito obrigado por sempre acreditarem em mim.

Agradeço a toda equipe do CREAS - Valverde, onde iniciei meu primeiro estágio em Serviço Social e um abraço especial ao assistente social Luiz Carlos, que em fevereiro de 2022 prontamente me aceitou como estagiário no equipamento, o qual na época era diretor.

Agradeço imensamente a toda equipe da Superintendência de Direitos Humanos e Conselhos Vinculados de Nova Iguaçu, pelo carinho e por me receberem de forma tão amorosa em junho de 2022, quando precisei mudar de campo de estágio. Justamente por isso, não poderia deixar de agradecer do fundo do meu coração à minha supervisora, a assistente social Malú Ribeiro Vale. Essa que me aceitou em um momento em que eu estava desesperado por um novo campo de estágio, obrigado por cada ensinamento, por cada puxão de orelha, por cada texto lido, por cada discussão de estágio, muito obrigado pelos seus ensinamentos que contribuem expressivamente para minha formação. Muito obrigado por acreditar em mim e me lembrar diariamente que pessoas pretas podem e devem chegar onde quiserem.

Gostaria de deixar meu obrigado à minha orientadora, professora Marisol Valencia Orrego, que antes mesmo de me orientar, sempre viu potencial e encorajou meu desenvolvimento acadêmico. Agradeço pelo árduo trabalho nesse fim de graduação onde não mediu esforços para me auxiliar na conclusão deste trabalho, muito obrigado pela força e incentivo essenciais à minha graduação.

Também, deixo meu carinho e agradecimentos à professora Fabiana Schmidt pelos incríveis ensinamentos durante minha passagem na coordenação do curso de Serviço Social. Fabi, muito obrigado pelo seu apoio e por ter sido compreensiva em muitas situações para comigo.

Deixo meus agradecimentos ao professor Marco Antonio Perruso e Maurício Caetano Soares, por aceitarem o convite para participarem da banca examinadora de meu trabalho de conclusão de curso.

Agradeço imensamente à Daiane Azevedo por ser a melhor técnica possível que qualquer setor amaria ter, você é muito especial e me ensinou muito sobre a parte burocrática da graduação.

SÊ VALENTE

*Desaprendi a encarar a solidude da alma
No abandono o pavor, a insustentável fraqueza
Não sei ficar, ficar sozinho agora
Eu tenho você, mas o meu medo estraga*

*Estraga o medo estraga
O medo e mais nada
O medo se vai
Quando ouço a voz do alto me dizer*

*Sê valente, sê valente
Eu posso ouvir o som
Ouço a voz do alto a me dizer*

*Sê valente, sê valente
Marcos Almeida, 2023.*



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Serviço Social e trabalho informal: uma análise das relações de trabalho no modo de produção capitalista

Matheus Moreira Soares

Orientação: Marisol Valencia Orrego

RESUMO: O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar de que forma se dá a relação do trabalho informal no modo de produção capitalista através do olhar atual do Serviço Social. Além de expor como as transformações da categoria trabalho decorrem da sociabilidade capitalista e como autores utilizados no Serviço Social discutem essa temática. Para explicar essas ideias, o trabalho centrou-se na pesquisa bibliográfica realizada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística alusiva às taxas de desemprego, informalidade e desigualdades sociais por raça ou cor e análise documental. Dessa forma, são apresentadas exemplificações que ilustram o processo de trabalho na contemporaneidade marcado pela informalidade e a forma com que essa dinâmica demonstra a precarização do trabalho e o desmonte dos direitos sociais trabalhistas.

Palavras-chave: Trabalho informal; Serviço Social; Capitalismo.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Social Work and informal work: an analysis of labor relations in the capitalist mode of production

Matheus Moreira Soares

Orientation: Marisol Valencia Orrego

ABSTRACT: This final paper aims to analyze how informal work is related to the capitalist mode of production through the current perspective of Social Work. In addition to exposing how the transformations of the work category result from capitalist sociability and how authors used in Social Work discuss this theme. To explain these ideas, the work focused on the bibliographic research carried out by the IBGE - Brazilian Institute of Geography and Statistics alluding to unemployment rates, informality and social inequalities by race or color and document analysis. In this way, examples are presented that illustrate the contemporary work process marked by informality and the way in which this dynamic demonstrates the precariousness of work and the dismantling of labor social rights.

Keyword: Informal Work; Social Service; Capitalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. TEORIA DE MARX E A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NO MUNDO CAPITALISTA.....	16
1.1. TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E EXPLORAÇÃO NA RELAÇÃO“SER HUMANO-NATUREZA”	16
1.2. CAPITALISMO NO BRASIL E DESIGUALDADE SOCIAL.....	25
2. QUESTÃO SOCIAL, TRABALHO INFORMAL E ANÁLISES DAS TAXAS DE DESEMPREGO NO BRASIL.....	31
2.1.DISPARIDADES ECONÔMICAS E A POPULAÇÃO BRASILEIRA DESEMPREGADA.....	31
2.2. OS DESDOBRAMENTOS DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL.....	38
2.3. POPULAÇÃO NEGRA E A INFORMALIDADE NO TRABALHO.....	44
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

INTRODUÇÃO

O interesse em discutir a respeito da temática trabalho informal, nesse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), originou-se de uma perspectiva empírica ao analisar de forma simples o cotidiano de ambulantes nos transportes públicos da cidade de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro.

Durante meu processo de idas e vindas, de casa para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), à medida que me aprofundava nos debates do Serviço Social, minha visão crítica sobre a realidade e suas dimensões era impulsionada na busca pela compreensão dessa organização social. Além disso, a vivência familiar de meu pai como antigo trabalhador do setor informal instigou, também, o desejo pela pesquisa.

Alusivo ao debate apresentado durante os dez períodos da graduação em Serviço Social da UFRRJ, foi possível desenvolver o assunto baseado no principal autor que discorre sobre a categoria trabalho como central na elaboração da análise crítica à economia política. Também, de acordo com o estudo apresentado por Marx, a interseccionalidade com demais autores que dialogam com os descritos do mesmo, tornam favorável a discussão sobre trabalho na sociabilidade capitalista.

A metodologia utilizada no escopo deste trabalho, foi uma revisão bibliográfica, pesquisa em sites governamentais para filtragem de dados e demonstração por tabelas, de autores/as que discutem o tema, a partir da perspectiva marxista, como direcionamento político do curso de Serviço Social da UFRRJ.

O debate acerca da categoria trabalho nesse TCC também faz parte da disciplina “Serviço Social e Processo de Trabalho”, onde a ministração da aula gerou inquietação suficiente para aprofundar o conhecimento a respeito desse objeto de estudo como base da pesquisa. Além disso, despertou em mim uma curiosidade de entender ainda mais essa estrutura e os meios que essas relações continuam a se produzir na sociabilidade capitalista.

Dito isto, a pesquisa apontará para as transformações no mundo do trabalho pela contradição de capital e trabalho que coisifica as relações humanas e as materializa em produto através da exploração da força de trabalho do ser humano. A partir dessa perspectiva de dominação das classes subalternizadas, o escopo do TCC elucida as dinâmicas de expropriação inerentes ao modo de produção capitalista e como essa forma de poder culmina na agudização do desemprego.

Sendo assim, o primeiro capítulo, dividido em dois tópicos, abordará como o

trabalho é transformado mediante um breve resgate da transição do feudalismo para o modo de produção capitalista e conseqüentemente como este altera a relação social ser humano-natureza e incide em uma nova dimensão referente à conformação do capitalismo europeu e o reflexo deste na conformação do Capitalismo no Brasil e demais particularidades.

Além disso, as dinâmicas expostas no mundo do trabalho pela perpetuação do capitalismo ilustram como esse modo de produção necessita dessa fonte de estabilidade para se manter como força dominante sobre as classes populares. O trabalho elucidará também breves contextos históricos que fortalecem e fundamentam o debate relativo à conformação do Capitalismo no Brasil e algumas particularidades.

Também, apresentará como essa lógica da sociedade mercantil é influente nas novas atribuições postas ao trabalho espelhadas nas distintas relações sociais dos indivíduos por meio do poder da burguesia e as repressões colocadas pela classe dominante. Ademais, elucidará como a estrutura do capital fomenta a alienação no processo de trabalho e retira o poder da classe trabalhadora sobre os meios necessários para a fabricação de produtos, antes comercializados para subsistência dos próprios trabalhadores.

Consonante a isso, o segundo capítulo, também dividido em dois tópicos, traz o pensamento enraizado pela lógica do capital na gestão das desigualdades sociais o acúmulo de capital dos donos dos meios de produção e a forma com que estes agudizam a segregação de classes na sociedade e como essa relação intensa de domínio da burguesia sob o proletariado fortalece, estruturalmente, distinções entre pessoas.¹

Outrossim, reafirma como esse processo das desigualdades sociais e avanço do neoliberalismo são responsáveis pela taxa de desemprego do País, apresentadas na redação deste TCC. Para mais, a perpetuação do desemprego brasileiro intensifica a pauperização na sociedade que incide em fazer com que a classe trabalhadora procure formas de inserção no trabalho para garantir a sobrevivência.

Dessa forma, a população desempregada e empobrecida vê a urgência em adentrar no mercado informal de trabalho, como meio alternativo de escape da pobreza. Por conseguinte, essa ação é expressão do avanço neoliberal e do rápido desenvolvimento tecnológico que dispensa a mão de obra humana em detrimento da automação das empresas visando uma maior produtividade e lucratividade.

¹ Faz-se necessário apontar que essa distinção é relativa à transferência de renda e não à especificidade de cada indivíduo.

Concernente a isso, o capítulo demonstra, também, como as condições de trabalho são precarizadas devido a essa estrutura da sociedade mercantil. Iamamoto e Carvalho (2014) dispõem sobre a produção e reprodução das relações sociais pelo trabalho assalariado à produção capitalista. Assim, tenta demonstrar como o capital se expressa através das mercadorias e meios de vida fundamentais à manutenção da riqueza das sociedades mercantis aglutinadas ao conjunto de processos exploratórios para com a classe trabalhadora.

Por fim, o trabalho apresenta pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) relativo à população desempregada, por meio de tabelas do próprio site, além do breve relato sobre o estudo de Desigualdade Social por Raça ou Cor, também do IBGE, que demonstra a dificuldade posta à pessoas pretas e pardas de inserção nos modos formais de trabalho e a massiva vulnerabilidade socioeconômica dessa população delimitada pelo fator étnico-racial.

1. TEORIA DE MARX E A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NO MUNDO CAPITALISTA

O presente capítulo abordará as transformações da categoria trabalho alusiva ao centro da teoria marxista e na forma como o modo de produção capitalista é responsável pela metamorfose no mundo do trabalho. Além disso, trará o pensamento sobre como o capitalismo se apropria da força de trabalho na relação capital e trabalho assalariado e é basilar à dinâmica exploratória sobre a classe trabalhadora e gera alienação sobre o processo de trabalho e seus resultados.

1.1. TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E EXPLORAÇÃO NA RELAÇÃO “SER HUMANO-NATUREZA”

Marx (2013), em seus estudos, dispõe a respeito do trabalho como perspectiva fundamentalmente importante de sua análise e revela a forma com que era constituída uma relação de subsistência entre o ser humano e a natureza, à medida que este a transformava para a própria manutenção da vida. Entretanto, a lógica da sociedade mercantil em sua reprodução se apropria dessa configuração para fonte de estabilidade de capital como força dominante, embasada na relação do trabalho assalariado e na acumulação de riquezas.

Para trabalhadores assalariados, o trabalho torna-se uma forma de sustento e obtenção de renda para suprir necessidades inerentes à vida humana como alimentação, vestuário e moradia. Contudo, no modo de produção capitalista os trabalhadores são compelidos a vender sua força de trabalho em troca de um salário, ou seja, isso enfatiza que estes não possuem os meios de produção necessários para produzir bens e serviços e em decorrência disso são submetidos aos domínios da burguesia.

A relação entre a dependência econômica dos trabalhadores e o autoritarismo burguês é uma das principais críticas marxistas em como os donos dos meios de produção apropriam-se do poder de controle para com a classe trabalhadora, materializado na exploração das classes empobrecidas. Sendo assim, a burguesia assume o poder como classe dominante através de novas formas de organizações socioeconômicas a partir do declínio da sociedade feudal.

Por conseguinte, esse declínio resultou em novas estruturas e relações sociais que possibilitaram a consolidação do capitalismo. Além disso, a expansão do comércio e o surgimento de uma economia monetária gradualmente minaram as bases do feudalismo, que essencialmente era composto de trabalhos agrícolas e sustentado

nas relações de servidão.

Dessa forma, à medida que o feudalismo entrava em queda, o capitalismo ascendia com o crescimento do comércio e o surgimento de uma nova classe social chamada burguesia que baseava as formas de poder na instituição privada dos meios de produção, na busca incessante pelo lucro e nas relações de trabalho assalariado (ENGELS, 1981). Porém, essa transição foi permeada por limitações temporais pertinentes ao contexto histórico do século XV e à medida que a nobreza era estagnada, os trabalhadores desenvolviam outras formas de distribuição das atividades laborais no contexto sociopolítico da época.

Acerca dessas relações, Engels (1981) expressa que:

O dinheiro tornava-se novamente um meio de troca geral e, com isso, sua massa aumentara consideravelmente; mesmo a nobreza já não podia prescindir dele, e como tinham pouco ou nada para vender, uma vez que o roubo já não era tão fácil, tiveram que se dispor a pedir emprestado ao usuário burguês. [...] O dinheiro era a grande máquina de nivelamento político dos cidadãos. Sempre que uma relação pessoal era substituída por uma relação monetária, um benefício em espécie por um benefício monetário, uma relação burguesa substituía a feudal (ENGELS, 1981, p. 289).

Em decorrência da estrutura do capital, a classe trabalhadora é posta debaixo de uma perspectiva de exploração e controle social, que são inerentes ao modo de produção capitalista e suas reproduções. Isso significa que a classe trabalhadora é obrigada a vender sua força de trabalho em função das normas operacionalizadas pela força dominante. Assim, como classe dominante, portadora dos meios de produção, nesse cenário, se coloca na intenção de usurpar a produtividade do proletariado, conseqüentemente extraíndo seus bens conquistados pela jornada do trabalho (ANTUNES, 2020).

A extensão das relações sociais no contexto do capitalismo pode ser compreendida por fatores que nos envolvem nos tornando indivíduos participantes desta metamorfose social, dominados por uma ordem, por novos incentivos midiáticos cresceu a busca de novos prazeres, com isso o início de um consumismo desenfreado, justificado como forma absoluta de prazer e felicidade. No que estamos depositando nossa felicidade, que direcionamento estamos construindo com consumo em massa, quais os efeitos que vão surgir desse consumismo, e valorização do hiperconsumo, tudo isso são questionamentos e pensamentos de Gilles Lipovetsky (2007), que nos ajudam a pensar e entender a dinâmica do capitalismo nas relações íntimas do individualizadas, estendendo isso em sociedade (DA SILVA, 2023, p. 34).

O capitalismo necessita dessa relação de forças sustentadas pela exploração, da mão-de-obra proletarizada, para existir. Sua manutenção é dada por uma série de

questões que abarcam a organização social do trabalho por uma perspectiva de gerar desigualdade social e assim os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho em troca do salário. Contudo, esse valor em resposta ao trabalho não é justo se comparado com a jornada de trabalho realizada por essa classe.

Assim, a exploração e a alienação são indissociáveis do modo de produção capitalista e das relações de trabalho assalariado que desempenham um papel essencial na teoria marxista. Dito posto, ao venderem sua força de trabalho a classe trabalhadora perde o controle sobre o processo de produção do produto e conseqüentemente não vislumbra o resultado final da atividade produtiva. Dessa forma, o ser humano constitui-se em força de trabalho/mão-de-obra, sem autonomia, sem poder de decisão e sujeitos ao trabalho repetitivo e exploratório na lógica do capital (MÉSZÁROS, 2006).

Essa alienação impossibilita o pleno desenvolvimento humano dos trabalhadores, pois são reduzidos a apêndices das máquinas e massas dominadas pela burguesia. Embora o trabalho seja fonte de renda e riqueza socialmente produzidas, os trabalhadores são subordinados aos interesses do capital e perdem a dimensão sobre a produção e a distribuição dos produtos do próprio trabalho (MARX, 2011).

As relações práticas do mundo do trabalho com as características postas pela lógica do modo de produção capitalista alienam o trabalhador em sua atividade laboral transformando o trabalho livre em trabalho alienado. Faz-se necessário ressaltar que a problemática não é a ação trabalhista, mas a forma com que essa atividade passa a ser exercida após a instauração do capitalismo como força dominante e sua transformação para uma vida alienante nas relações sociais/materiais das forças produtivas.²

[...] a alienação é uma particularidade da espécie humana, sobrevivendo por consequência do desenvolvimento natural das forças produtivas dessa espécie e das suas relações sociais e econômicas. Ocorre pela evolução das forças da história; outrossim, ela é o resultado do desenvolvimento de uma incipiente consciência individualista que se aperfeiçoa a tal ponto de propiciar a divisão e a exploração do trabalho. É bom destacar que, na antiga propriedade primitiva, na qual predominava a divisão natural do trabalho no seio familiar, a consciência alienada praticamente inexistia; porém, com a evolução da divisão social do trabalho e da sociedade, a consciência alienada vai se definindo racionalmente até se tornar completamente consciente, estendendo-se às sociedades indistintamente, de modo que toma forma

² O conjunto dos meios de trabalho, objetos de trabalho e da força de trabalho designam-se por forças produtivas. Para maior compreensão, consultar *"Economia Política: uma introdução crítica"* por José Paulo Netto e Marcelo Braz (2007) na página 58.

concreta e se materializa em todas as esferas da vida do homem. Assim, Marx destaca: “A consciência que o homem tem da própria espécie altera-se por meio da alienação, de modo que a vida genérica se transforma para ele em meio”. A vida, a vida individual ou a atividade vital transforma-se em mecanismo de satisfação da existência física (Oliveira, 2019, p.40).

Mészáros (2006) em “A Teoria da Alienação em Marx”, se atenta para a consciência da classe trabalhadora relativa ao liame capital-trabalho e como esse contexto reflete nas formas de sociabilidade desses trabalhadores e suas relações sociais com o todo ao seu redor. Ademais, intenta para a construção das relações humanas permeadas por uma ideologia dominante que coisifica as relações, então esse indivíduo além de ser mão-de-obra, passa a ser, também, descartável dentro da estrutura capitalista e as raízes de desigualdades expostas nesse contexto intensificam o domínio dos donos dos meios de produção sobre a classe trabalhadora.

Relativo à teoria da alienação em Marx, Mészáros (2006) dispõe acerca de quatro aspectos essenciais na compreensão desta:

a) o homem está alienado da natureza; b) está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); d) o homem está alienado do homem (dos outros homens). A primeira dessas quatro características do “trabalho alienado” expressa a relação do trabalhador com o produto de seu trabalho, que é ao mesmo tempo sua relação com o mundo sensível exterior, com os objetos da natureza. A segunda, por sua vez, é a expressão da relação do trabalho com o ato de produção no interior do processo de trabalho, isto é, a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa. (Isto significa que não é a atividade em si que lhe proporciona satisfação, mas uma propriedade abstrata dela: a possibilidade de vendê-la em certas condições). O terceiro aspecto - a alienação do homem com relação ao seu ser genérico - está relacionada com a concepção segundo a qual o objeto do trabalho é a objetivação da vida da espécie humana, pois o homem “se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva [mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele”. A terceira característica está implícita nas duas primeiras [...]. Na quarta a relação do homem com outros homens. Assim, o conceito de alienação em Marx compreende as manifestações do “estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo”, de um lado, e as expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem e homem, de outro (MÉSZÁROS, 2006, p. 20).

Sendo assim, a alienação em Marx ocorre a partir do desenvolvimento das forças produtivas, da materialização das relações sociais de exploração do capitalismo e conseqüentemente do atravessamento dessa conjuntura na conformação da vida humana e suas manifestações cotidianas no trabalho. Com isso, a análise de Mészáros (2006) enfatiza a inerente exploração entrelaçada nos determinantes do trabalho assalariado, basilar à manutenção do modo de produção capitalista. Igualmente, elucida a importância do trabalho como uma atividade criativa

e produtiva fundamental à realização humana que no capitalismo priva o ser humano de se expressar plenamente e utilizar de habilidades, também, a alienação impede a realização do ser social e limita a autonomia dos trabalhadores.

“O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho” – a alienação do trabalhador no seu produto significa que tanto o trabalho se transforma em coisa, em objeto, como adquire existência externa e independente do trabalhador, configurando-se num poder autônomo em oposição a ele, de modo que o resultado final dessa relação é a objetivação do trabalho, na qual o produto (do trabalho) surge como algo estranho e hostil ao seu criador. A objetivação do trabalho é, assim, igual à perda e servidão do objeto pelo trabalhador, de modo que este não se reconhece no que faz. Uma vez que a produção é dirigida para a troca e a venda, o trabalho perde o sentido de objetivação real da espécie de modo que a desapropriação do trabalhador ante o produto é imensurável; da mesma forma, o trabalho e o trabalhador quando transformados em mercadorias têm seus valores destinados à manutenção física do trabalhador (Oliveira, 2019, p.42).

Além disso, o trabalho em sua forma não alienada e emancipada pode ser um elemento central à construção de uma nova ordem societária ao transformar as relações trabalhistas, de modo que os trabalhadores tenham controle e participação ativa na organização e distribuição dos produtos. Já que as relações sociais do trabalho são essenciais para compreender a dinâmica e estrutura da sociedade capitalista expressa na divisão social do trabalho.

Ademais, os aspectos pertencentes a essa conformação baseada na exploração das classes subalternas é combustível para a estabilidade burguesa e seu domínio sobre a população empobrecida, pois a propriedade dos meios de produção desempenha papel fundamental na sociabilidade do trabalho e constrói os interesses conflitantes entre a burguesia e o proletariado (MARX, 2011).

A luta da classe trabalhadora exprime a intenção em reformar essa estrutura pautada na desigualdade que violentamente sufoca o proletariado. Essa luta de classes decorre das contradições indissociáveis ao modo de produção capitalista e a expropriação dos direitos dos trabalhadores que este engendra. Também, a organização sindical desses trabalhadores fomenta o desejo destes de superação dos embrolhos do capital.

Relativo a isso, Pereira (2012) dispõe:

Marx e Engels ressaltaram, no entanto, que a constituição da classe proletária não estará concluída, nem ela poderá converter-se numa força revolucionária, enquanto não se unir em torno de um programa de transformações socialistas e se lançar à luta pela realização desse programa. A elaboração de tal projeto requer que ultrapasse sua prática econômica e a visão isolada de si mesma e de seus interesses imediatos; exige que compreenda as condições, a marcha e os resultados do movimento histórico em que está inserida; e demanda,

portanto, a assimilação e o desenvolvimento de abrangentes conhecimentos científicos e a solução de intrincados problemas epistemológicos e ontológicos. Pois é imprescindível que a classe proletária critique não só a situação objetiva em que se debate, mas também a visão distorcida dessa situação que lhe é inculcada. Essas tarefas teóricas superam as possibilidades da consciência espontânea do proletariado, o qual não recebe a instrução adequada, nem dispõe do tempo livre necessário, para enfrentá-las. Nas sociedades capitalistas, notadamente em seus estágios iniciais, o saber é monopolizado por uma intelectualidade de origem burguesa e pequeno-burguesa (PEREIRA, 2012, p.05).

Contudo, à medida que a classe operária se internaliza de sua força, através dos movimentos sociais e fortalece o debate sobre direitos e superação da exploração, a burguesia assume uma postura ainda mais violenta de silenciamento de corpos com o intuito de enfraquecer as revoltas das classes populares (PEREIRA, 2012). Isto é, a classe trabalhadora em suas lutas de caráter emancipatório não pode estar fragmentada em suas relações em si e para si ou sobrepor opressões à outras.

O domínio do capital criou, para essa massa, uma situação comum e interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe para o capital, mas ainda não é uma classe para si mesma. Na luta, da qual não assinalamos mais do que algumas fases, essa massa se une, constituindo-se numa classe para si. Os interesses que defende, convertem-se em interesses de classe."Como se observa, Marx procura articular a existência econômica da classe proletária, como um coletivo organizado e comandado pelo capital e sem o qual o modo de produção capitalista não seria possível, com o momento posterior em que, adquirindo consciência de sua situação objetiva e do processo histórico em que está inserida, essa classe passa a ter uma presença independente na cena política e nos embates ideológicos, procurando transformar-se numa força hegemônica e aglutinadora para impulsionar a luta por uma formação socialista. Nesse momento, sua constituição como classe se arremata, mas ela já existia anteriormente. Classe para o capital e classe para si mesma, classe econômica e força política e ideológica: não há como fugir aos polos desse processo, nem como invertê-los, imaginando que a classe proletária possa constituir-se nas esferas política e cultural, sem existir previamente na esfera econômica. As potencialidades de sua atuação como classe revolucionária decorrem de sua existência e labuta como classe explorada (PEREIRA, 2012, p.06).

A luta de classes exterioriza o processo histórico-dinâmico, no qual as contradições e tensões inerentes ao capitalismo desaguam e se encadeiam nas vinculações do mundo do trabalho de forma política e social. De acordo com Yamamoto (2015), ao elucidar Marx, a teoria do valor trabalho e suas expressões partem da sociedade mercantil regulada não necessariamente pela sociedade, mas pelo produto, pelas trocas de mercadorias daqueles que detêm o poder de produção.

Consequentemente, a burguesia, no perfil de classe dominante, compreende a força de possuir controle sobre classes subalternizadas e executa ações com o objetivo de diminuir o poder de luta da classe trabalhadora (GENNARI, 2020). Além

disso, esse esquema de sufocamento que a classe dominante impõe sobre as demais classes reforça diversas desigualdades sociais e alimenta a perpetuação de uma ideologia sustentada pela exploração nas relações de forças e contradições entre capital e trabalho.

Para mais, a mercantilização do trabalho reflete as formas de organização social presentes nos contextos da sociabilidade capitalista e das relações interpessoais vinculadas à venda da força de trabalho. Em outros termos, a produção dentro da lógica capitalista do trabalho evidencia como o trabalho é analisado e se expressa a partir da realidade mercantil que sobrepõe o valor da mercadoria às relações e produções entre pessoas (IAMAMOTO, 2015).

Ao reafirmar o argumento supracitado, dentro do caráter da sociedade mercantil que coisifica os padrões de sociabilidade (IAMAMOTO, 2015) às determinações sociais pela propriedade assumida no mundo do trabalho que fomentam a característica de valor a um produto específico. Porém, esse valor não é determinado pela classe trabalhadora, àquela que produziu, mas pela classe dominante, a burguesia. Outrossim, o trabalho que passa a produzir valor é específico de uma forma sócio-histórica intitulada por trabalho útil (este dotado de valor de uso determinado pelos donos dos meios de produção e não pela sociedade que exerceu atividade laboral na confecção deste).

O ponto de partida da teoria do valor trabalho de Marx é a sociedade mercantil, que caracteriza uma forma histórica de distribuição do trabalho entre os produtores [...] É essa forma de organização do trabalho que torna possível a existência do valor. Este é uma relação entre pessoas que assume uma forma material (de produtos do trabalho) e encontra-se relacionado ao processo de produção numa sociedade de produtores isolados e formalmente independentes. Assim, o valor mercantil não caracteriza coisas, mas um tipo de relações humanas sob as quais as coisas são produzidas. Ou, em outros termos, o valor das mercadorias expressa um tipo de relação de produção entre pessoas, que estão vinculadas entre si através das coisas, dos produtos do trabalho, os quais assumem a função de um intermediário, de portador de relações entre pessoas. Assim, o valor é uma determinada relação social tomada como coisa (IAMAMOTO, 2015, p. 60).

Iamamoto (2015), em "Serviço Social em Tempo de Capital Fetichado" explicita que:

O valor da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho abstrato necessária à sua produção, medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário (um elemento histórico), o que depende da produtividade do trabalho, condicionada pelas relações de produção e pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em termos sintéticos: o trabalho socialmente igualado é a substância do valor; o valor é trabalho humano cristalizado, cuja existência é puramente social e sua materialidade enquanto valor só pode revelar-se na relação de uma mercadoria com outras; a forma social de manifestação do

valor é o valor de troca (dinheiro); e a grandeza do valor é medida pelo tempo - tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, o que é um dado histórico, variando de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho (IAMAMOTO, 2015, p. 62).

Essa determinação social é sustentada pela mercadoria e pelo valor atribuído a essas, sendo resultado imediato da conformação do capitalismo que atribui a supervalorização do produto e reforça a unilateralidade do trabalho socialmente projetado que transforma a relação humana em "coisa" na lógica mercantil (Iamamoto, 2015). A finalidade dessa ação é reificar³ as relações sociais para dar sustento aos interesses políticos dos capitalistas e desvalorizar o trabalho exercido pela classe trabalhadora.

Sendo assim, os processos imediatos relativos à produção material, pelos resultados do produto da produção capitalista expõem as múltiplas contradições que permeiam a luta de classes, na perspectiva da antítese do trabalhador. À medida que o trabalhador, em sua condição de trabalho produz contradição em si mesmo, dentro da lógica do capital, este também luta pela emancipação do modo de produção capitalista (IAMAMOTO, 2015).

O resultado é, portanto, a reprodução contraditória das relações de classes, das condições de continuidade da produção capitalista e de suas fraturas. Cresce a força produtiva do trabalho como riqueza que domina o trabalhador, na proporção em que cresce, para o trabalhador, a pobreza, a indigência e a sujeição subjetiva. A ampliação do capital e o aumento do proletariado são produtos contraditórios do mesmo processo, esfumando-se a relação entre iguais proprietários de mercadorias equivalentes, que se apresentava na esfera da circulação, atestando que a compra e venda da força de trabalho são formas de subjugar o trabalhador ao capital (IAMAMOTO, 2015, p. 67).

Relativo a isso, as composições no mundo do trabalho funcionam de forma articulada favoráveis ao capital, onde os meios de produção permanecem como ferramenta essencial de poder da burguesia e subalternização das classes

³ O estudo da reificação assenta-se na análise do fenômeno da alienação e do fetichismo da mercadoria. A reificação como conceito é o desenvolvimento lógico e histórico destes. Trata-se da elaboração da temática da alienação que, passando pelo fetichismo, culmina na incubação da reificação como uma nova configuração histórica da análise social, na qual ainda estão presentes seus conteúdos constitutivos. Pode-se até mesmo afirmar que - diante da universalização da mercadoria como objetivação social - no conceito de alienação já estava presente o que viria a ser o fetichismo e a reificação. Segundo Marx, o fetichismo da mercadoria é um fenômeno característico da sociedade capitalista, uma forma que penetra em todas as esferas da vida e influencia diretamente as relações entre os homens. O que é específico deste processo é o predomínio da coisa, do objeto sobre o sujeito, o homem; é a inversão entre a verdade do processo pelo que ele aparenta ser em sua forma imediata (CROCCO, 2009, p. 50).

empobrecidas.

A produção e reprodução das relações sociais no campo do trabalho e a forma com que estas são direcionadas à vista da sociedade burguesa e sua ordem de domínio sobre a classe trabalhadora. Ou seja, os percursos das relações de trabalho partem do pressuposto que o capital articula tecnologias baseadas na exploração para manusear a realidade social como convém aos donos dos meios de produção.

Para mais, o desenvolvimento do modo de produção capitalista impulsiona as diversas forças produtivas do trabalho social que são imanentes ao capital, pois se reproduzem nessa esfera de poder (IAMAMOTO, 2015). Esse regime capitalista explicita-se na chamada trindade econômica das fontes de rendimento, acerca disso lamamoto (2015) descreve:

a) capital-juro, a forma mais absurda do capital, pois, se o capital é uma determinada soma de valor expressa em dinheiro, é inconcebível que tenha mais valor do que ele realmente tem; b) terra-renda, a terra como um elemento natural - um valor de uso - que não contém em si nenhum valor, uma vez que o trabalho abstrato é a substância do valor, já a renda da terra, que expressa uma relação social, é concebida como coisa numa relação com a natureza; c) trabalho-salário, outra relação irracional, pois o trabalho considerado como atividade produtiva do homem em geral por meio do qual opera seu metabolismo com a natureza, independente da sociedade e, que nada tem de social. Já o salário não é o “preço do trabalho” - uma expressão irracional -, mas da força de trabalho. Essas formas alienadas, prisioneiras da aparência na qual se movem os agentes de produção e a economia vulgar, correspondem aos interesses das classes dominantes para atribuir legitimidade às fontes de renda (IAMAMOTO, 2015, p. 70).

Conseqüentemente, a classe trabalhadora é afetada pela perpetuação desse modo de produção, no que tange à extrema pobreza e alienação nos processos das atividades laborais. O posicionamento advindo do proletariado possibilitou a criação de um caráter revolucionário para expressar ideais de força, luta e resistência contra o capitalismo, que alterou a relação ser humano-natureza e suas racionalidade de observar o meio não como um trabalho isolado, mas entrelaçado como um corpo extenso que impulsiona as esferas relativas à sociabilidade e parte ao confronto da ordem societária burguesa, baseada na desigualdade social e exploração dos indivíduos.

1.2. CAPITALISMO NO BRASIL E DESIGUALDADE SOCIAL

O modo de produção capitalista, em suas formas de exploração, ocasionou uma série de desigualdades nas relações sociais advindas do trabalho. As

perspectivas de produção, consumo, distribuição e venda foram reconfiguradas em decorrência do avanço do capitalismo no impulso de inúmeros trabalhadores prejudicados devido a essa ideologia individualista, consumista e privatista.

Relativo ao Brasil, o modo de produção capitalista se desenvolveu a partir do século XIX, com a expansão da economia cafeeira. Contudo, é importante ressaltar que antes desse segmento o País possuía outras formas de organização sociopolítica baseada no capitalismo, como o ciclo do açúcar e o comércio colonial nos meios de produção economicamente pertencentes à época.

O Brasil, durante o período colonial, pertencia à coroa portuguesa como colônia de exploração⁴ que fornecia produtos primários como minerais, açúcar, alguns recursos naturais entre outros à metrópole. Porém, a Europa avançava em uma incipiente industrialização que refletia no poder econômico brasileiro e seus desdobramentos, estes que corroboram ao desenvolvimento capitalista e ao estabelecimento de fábricas/indústrias brasileiras, principalmente na área de manufatura, metalurgia e tecelagem.

A produção cafeeira obteve destaque a partir do século XIX, em especial nas regiões Sul e Sudeste do País, sob a exploração de pessoas escravizadas, essas em sua maioria negras.⁵ Ou seja, a partir do alto valor atribuído ao café, na época principal produto de exportação brasileiro, a economia nacional obteve um impulso e o aumento das produções dos setores cafeeiros possibilitou um acúmulo de riquezas para os donos dos meios de produção, o surgimento de novas propriedades rurais, a expansão de latifúndios e o aumento do poder concentrado à mão da burguesia.

Partindo desse pressuposto, a classe burguesa incha-se do poder materializado nas relações sociais de exploração, estas, basilares ao modo de produção capitalista e suas reproduções latentes ao cotidiano social. Para mais, essa sociabilidade agudiza a precarização do trabalho e intensifica o avolumamento das

⁴ Este tipo de colônia foi articulado em todas as áreas do Novo Mundo com potencial para implantação de um modelo produtivo habilitado a garantir lucro rápido e de vulto para as *mother countries*, “nações mães” ou “mãe-pátria” à testa do sistema. Estas formavam as metrópoles, Estados-nações como Portugal e Espanha, num primeiro momento. [...] países com presença expressiva na América (WALDMAN, 2018, p. 05).

⁵ O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se autodegradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal (NASCIMENTO, 2016, p. 59).

desigualdades sociais baseadas nas relações sociais imbricadas ao capitalismo e sua lógica expropriatória.

Em decorrência disso, a sociabilização brasileira perpetua uma estrutura socioeconômica marcada pela desigualdade social e concentração de riquezas dos proprietários de terras. Assim, os grandes latifundiários e demais empresas agrícolas exprimem um papel dominante na economia nacional e no controle social⁶ da diversidade da classe trabalhadora.

[...] a sociedade brasileira estrutura-se em termos de castas e classes sociais. São linhas de castas encobertas pelos padrões e valores do patrimonialismo, coronelismo, o favor dos que detêm poder, dos interesses privados apresentados como públicos e outras formas de sociabilidade remanescentes de épocas passadas; mas frequentemente reavivadas no jogo das alianças entre “elites” heterogêneas e também conjugadas. Essa trama de elementos sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, linguísticos e religiosos às vezes está bastante nítida na forma pela qual se distribuem indivíduos e coletividades na hierarquia e dinâmica da sociedade (IANNI, 2004, p. 158).

Marx (1991), aponta que o dinheiro ao ser transformado em capital elucida a conjuntura sociohistórica relativa aos condicionantes do trabalho e a força da classe dominante sobre os meios de produção. À medida que o capitalismo é perpetuado, as relações de trabalho, processo e finalização são acentuadas pela separação do trabalhador de sua obra. Além disso, esse modelo de coerção econômica disposto na Europa Ocidental através de uma formação social específica, é refletido na concepção do histórico desenvolvimento brasileiro sublinhado pelas desigualdades de raça, gênero e classe.

Dessarte, as determinações históricas que circundam a realidade brasileira consolidam a disparidade, a qual o modo de produção capitalista é fundamentado e fomentam as relações de produção e reproduções sociais presentes nas particularidades brasileiras, universalizadas pela tríade da exploração, demanda e consumo.

Acerca dessas relações, Ianni (2004, p. 52) descreve:

A ordem social competitiva origina-se e floresce, no mundo criado pela expansão da civilização ocidental moderna, como um produto tardio, nascido da desintegração de estruturas sociais formadas nos períodos iniciais da colonização. No Brasil, por exemplo, a estrutura de transição foi a antiga ordem senhorial e escravista, montada através da colonização, mas diferenciada e reintegrada para adaptar-se à emancipação política e à implantação de um Estado Nacional, e à conseqüente burocratização da dominação patrimonialista, pela qual os estamentos senhoriais privilegiaram sua condição econômica, social e política, monopolizando o poder.

⁶ Refiro-me ao controle social exposto pelas reproduções do capitalismo de domínio da burguesia sobre a classe trabalhadora, reforçando argumentos supracitados.

É importante destacar que o modelo de produção capitalista infere a níveis estruturais de desenvolvimento das forças produtivas presentes na sociedade uma desordem na articulação entre o ser humano e o processo de trabalho, segundo Netto e Braz (2007). Também faz-se necessário ressaltar que anteriormente ao capitalismo, as relações sociais brasileiras eram determinadas pelo baixo desdobramento dessas forças produtivas postas em uma temporalidade específica determinadas por desastres naturais, pestes, fomes, epidemias e outras particularidades pertencentes à época (SANTOS, 2012).

Relativo ao processo de trabalho e forças produtivas, Netto e Braz (2007) elucidam alguns elementos que compõem essas esferas pertencentes à crítica da economia política marxiana. Sendo esses:

Os meios de trabalho: tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho; os objetos do trabalho: tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano; a força de trabalho: trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades (NETTO e BRAZ, 2007, p. 58).

Essas características do processo de trabalho são inerentes à estrutura do modo de produção capitalista e o espelhamento desses processos de instauração econômica determinam o caráter social desenvolvido nas relações sociais através da articulação entre capital e trabalho. Dessa forma, a sociedade brasileira é estratificada pela desigualdade de classes e seus diálogos com a economia, política e religião.

Em vista disso, a conformação do Capitalismo no Brasil evidencia a exploração baseada no modelo escravista e na relação Estado e mercado baseada nessas forças produtivas do processo de trabalho e nos aspectos econômicos que reforçam na classe trabalhadora o pauperismo. Logo, os donos dos meios de produção necessitam que determinadas classes sociais permaneçam empobrecidas como meio de repressão social, perpetuação da exploração da força de trabalho e manutenção do poder burguês (IAMAMOTO, 2015). Assim, é rentável ao capital a conservação de uma estrutura que abrace as diferenças socioeconômicas e limite uma transferência de renda mais justa à toda população.

[...] O produto da produção capitalista não é apenas um valor de uso, nem um produto que tem valor de troca. [...] A função específica do capital é a produção de um sobrevalor ou de um valor maior que aquele adiantado no início do ciclo produtivo. [...] A transformação do dinheiro em capital exige, portanto, que os possuidores de dinheiro encontrem no mercado não só os meios objetivos de

produção como mercadorias, mas também uma mercadoria especial: a força de trabalho, cujo valor de uso tem a qualidade de ser fonte de valor, isto é, cujo consumo é ao mesmo tempo materialização de trabalho, portanto, criação de valor. [...] Para sobreviver, o homem precisa produzir os seus meios de subsistência e, para isso, tem que dispor dos meios necessários à sua produção. Quando o trabalhador está desprovido dos meios de produção, está, também, desprovido dos meios de subsistência. À medida que estes se contrapõem ao trabalhador, como propriedade alheia monopolizados por uma parte da sociedade - a classe capitalista - não lhe resta outra alternativa senão vender parte de si mesmo em troca de valor equivalente aos meios necessários para sua subsistência e de sua família (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 42-45).

Concernente à essa determinação societária, a desigualdade social no Brasil é uma problema complexo e profundo resultado de uma série de fatores históricos, econômicos e sociais presentes na conformação do País, que atinge as dimensões culturais e subjetivas projetadas nas identidades coletivas subordinadas aos ideais da sociedade mercantil presente no modo de produção capitalista e suas reproduções das relações sociais salientadas nas múltiplas expressões da Questão Social.⁷

As cidades e as áreas industriais cresciam rapidamente, sem planejamento ou supervisão, e os serviços mais elementares da vida da cidade fracassaram na tentativa de manter o mesmo passo: a limpeza das ruas, o fornecimento de água, os serviços sanitários, para não mencionarmos as condições habitacionais da classe trabalhadora [...] cortiços onde se misturavam o frio e a imundice, ou os extensos complexos de aldeias industriais de pequena escala. O desenvolvimento urbano foi um gigantesco processo de segregação de classes, que empurrava os novos trabalhadores pobres para as grandes concentrações de miséria alijadas dos centros de governo e dos negócios, e das novas áreas residenciais da burguesia (Hobsbawm, 2012, p. 282).

A afirmação de Hobsbawm não faz alusão ao Brasil, contudo é de suma importância para entender e referenciar a expansão do capitalismo pela gestão da barbárie, a qual o modo de produção capitalista infere no cotidiano social a demonstração dos poderes do Estado burguês e suas formas de dominação. Outrossim, políticas segregacionistas eram exteriorizadas na responsabilidade de controlar as classes empobrecidas consolidando novas estruturas de dominação social.

Vide exemplo a chamada Reforma Urbana Pereira Passos (1903-1906) correspondeu ao período histórico brasileiro onde o engenheiro Francisco Pereira Passos esteve no estado de prefeito da cidade do Rio de Janeiro, na época capital

⁷ A questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Iamamoto, in Iamamoto e Carvalho, 2014, pp. 83-84).

do País. Com a perspectiva de impulsionar a modernização através de uma reforma na região, que no século XIX, a cidade havia crescido de forma rápida e desordenada gerando um aumento na população e com isso trazendo inúmeros agravos e doenças para os moradores, como avanço da varíola, pestes e febre amarela (AZEVEDO, 2013).

Em decorrência dessa situação, a burguesia carioca se deslocou para outras áreas do Rio de Janeiro, como a Zona Sul e Zona Norte e com isso as casas remanescentes, abandonadas por essa “nobreza”, passavam a ter seus cômodos habitados por diversas pessoas, onde muitas famílias chegavam a ocupar o mesmo espaço na residência, no que mais tarde seriam denominados como cortiços, onde a situação de higiene e saneamento eram precárias.

Dessa forma, Pereira Passos planejou uma vasta mudança na localidade guiado por alguns princípios como a higienização, modernização e urbanização no intuito de reverter os quadros sanitários e o aspecto físico da cidade. Com o objetivo de transformar a capital em uma “nova Europa”, semelhante, por exemplo, à Paris, em sua estrutura no que tange ao embelezamento (AZEVEDO, 2013).

Além disso, o combate aos Cortiços era uma das pautas centrais do governo na esperança de “higienizar” aquelas áreas com o objetivo de expulsar essas populações para regiões mais afastadas do Centro do Rio de Janeiro, portando da desculpa da administração e expansão de novas linhas ferroviárias, para assim, a população se locomover pelo território. Contudo, Azevedo (2013) expressa que essa ação não gerou o resultado esperado, pois as pessoas começaram a ocupar a encosta dos morros no Centro da cidade e se estabeleceram ali, as populares favelas, sendo membros dessas comunidades a população negra e pobre.

Conforme Yamamoto e Carvalho (2014), o pauperismo pode ser considerado como uma das múltiplas expressões da “Questão Social”, que é compreendida entre a contradição do capital e o trabalho pela forma de manutenção do capitalismo, através da segregação das classes e na transformação das atividades exercidas por esses respectivos grupos, onde a classe trabalhadora permanece explorada e subjugada pelos donos dos meios de produção e a relação nesse cenário exprime a interlocução entre dinheiro, capital e trabalho.

O valor capital se expressa em mercadorias: meios de produção e meios de

subsistência. [...] O capital supõe o monopólio dos meios de produção e de subsistência por uma parte da sociedade - a classe capitalista - em confronto com os trabalhadores desprovidos das condições materiais necessárias à materialização de seu trabalho. [...] O trabalhador, que, para sobreviver, só tem a vender a sua força de trabalho. [...] O capital na sua forma elementar de dinheiro ou mercadoria só é potencialmente capital; deve se transformar em capital real e efetivo no processo de produção, mediante a incorporação da força de trabalho viva, que conserva os valores das mercadorias que ingressam no processo produtivo e cria novos valores (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014, p. 42).

Dito posto, é pelo modo de produção capitalista que a desigualdade social se manifesta na distribuição de rendas e de moradias, considerando que esses locais não se configuram somente pelas pessoas estarem abrigadas, mas precisam abarcar as mínimas condições sanitárias para a estabilidade cívica dessas famílias. Além disso, o desenvolvimento dos comércios e as formas de rentabilidade que a classe trabalhadora encontra são espelhados pelo Estado através de políticas

E com isso, não havendo um adequado investimento em outras áreas de moradias nas demais regiões do Brasil e uma forma justa e democrática na divisão dessas localidades, a população em situação de vulnerabilidade social passa a ocupar zonas que minimamente atendem aos seus interesses, e o Estado potencializa as formas de desigualdade social, através dessa organização social.

2. QUESTÃO SOCIAL, TRABALHO INFORMAL E ANÁLISES DAS TAXAS DE DESEMPREGO NO BRASIL

O capítulo a seguir trará como a economia brasileira é influenciada pelo avanço do neoliberalismo e a forma com que o capitalismo agudiza as desigualdades sociais manifestas nas múltiplas expressões da Questão Social. Também aponta como o modo de produção capitalista reforça a pauperização de classes subalternas e intensifica o aumento do desemprego nas esferas sociais, pela privatização que conseqüentemente precariza as condições de trabalho e insere a população desempregada da formalidade na categoria trabalho informal como modelo de subsistência.

2.1. DISPARIDADES ECONÔMICAS E A POPULAÇÃO BRASILEIRA DESEMPREGADA

A alta taxa de desemprego é uma realidade latente no cotidiano social como expressão do antagonismo do capital, pois no momento que urge a necessidade de se obter uma vasta mão de obra para efetuar determinadas funções, simultaneamente surge a questão da instabilidade nesses vínculos empregatícios, gerando assim uma população estruturalmente desempregada (MÉSZÁROS, 2006).

Faz-se necessário afirmar que as múltiplas expressões da Questão Social agudizam o desemprego e fortalecem a desigualdade social entre classes ao apontar as contradições do capital sobre as relações sociais e suas características no cotidiano societário pela totalidade. Ou seja, as influências dessas contradições do modo de produção capitalista influenciam diretamente em todas as áreas da vida humana e suas formas de sociabilidade, na saúde, na habitação, no lazer, no acesso às políticas sociais, na escolaridade, no trabalho, além de outras relações expressas na sociedade (COUTINHO, ALVES e SANTOS, 2020).

As desigualdades sociais são intrínsecas ao capitalismo e sua perpetuação, Lamamoto (2015) expressa que são “inerentes ao processo de acumulação e dos efeitos que produzem sobre o conjunto das classes trabalhadoras e sua organização”, na relação tênue entre reprodução do capitalismo, contradição e na intensificação da pauperização da classe trabalhadora. Também, representam a esfera de poder posta pelo Estado e o avanço do neoliberalismo como modelo de repressão caracterizado por uma ideologia autoritarista que imprime domínio sobre as condições trabalhistas.

O avanço do neoliberalismo⁸ tende a aumentar a desigualdade social e econômica, além de enfraquecer o chamado Estado de Bem-Estar Social⁹. Também precariza as condições de trabalho, reduz os direitos trabalhistas, incentiva o desmonte de políticas públicas e amplia a influência do setor privado nas esferas políticas e sociais. Ademais, a intervenção dos meios de privatização nas dinâmicas sociais pode levar a monopólios privados (fortalecendo o controle da classe dominante sobre as classes empobrecidas), a restrição de acessibilidade à programas sociais e outros direitos fundamentais, ao aumento do desemprego pela precarização das condições de trabalho, além de concitar a perpetuação de contratos trabalhistas que reduzem a autonomia¹⁰ de profissionais nos campos de atuação.

Essa lógica corrobora para a dominação da classe trabalhadora e sufoca suas demandas e o acesso à direitos sociais e demais políticas públicas. A mercantilização da sociedade tem função de extorquir a sociedade e os valores que esta produz com a intenção de fortalecer capital estrangeiro às bases econômicas nacionais (COUTINHO, 2011). A desordem na “ordem do capital” intenta em intensificar situações que resgatem o aspecto de colônia de exploração que outrora fora o Brasil, assim estruturalmente o País se mantém particularizado num modo de produção que prolifera uma sociedade desigual entre classes.

Todo esse processo recebe respaldo dos Estados nacionais e são fortemente consolidados por meio da força de trabalho, ou seja, cria-se a acumulação do capital por meio dos únicos que não o desfrutam e que ainda são chamados a participar deste acúmulo pagando os impostos e vendendo seu único meio de

⁸ [...] Além de disciplinar as condutas, o neoliberalismo promove um autogoverno dos indivíduos de modo que eles se conformem a certas normas. É nesse sentido que o neoliberalismo aparece não apenas como ideologia ou como política econômica, mas como “a forma da nossa existência, isto é, a forma pela qual somos pressionados a nos comportar e de nos reportar aos outros e a nós mesmos”. [...] A ênfase recai, portanto, na racionalidade política que busca reconfigurar normativamente práticas e instituições. A norma de vida neoliberal é caracterizada pela lógica do mercado, caracterizada pelas dimensões da concorrência e da forma da empresa privada. [...] Não se trata exatamente da mercadorização de tudo, pois o mercado mantém sua limitação e singularidade, mas da difusão do modelo de mercado para além do próprio mercado, reformando o Estado, as políticas públicas, as instituições, a gestão e as subjetividades, adaptado pelo autor do trabalho (ANDRADE, 2019, p. 219).

⁹ Como pode ser visto o monopólio não é apenas o controle da economia interna sobre as forças produtivas, é sim, uma força exógena, em que países com alto poder econômico atuam sob países periféricos, o controle se torna globalizado, bancos e grandes empresas firmam a subordinação de países ao controle internacional. O modo de produção capitalista em confluência ao estágio dos monopólios se concentra em uma única arma, a dominação do capital sobre países subdesenvolvidos, empresas não monopolizadas e sobre a força de trabalho. O capitalismo clássico com a crise de 1929 configurada pela Segunda Guerra Mundial e a extrema manifestação de violência, o que também evidenciou para burguesia a necessidade do Estado intervir na economia capitalista; o capitalismo dos “anos dourados” com Welfare State (Estado de Bem Estar Social) em meados dos anos de 1970 e o capitalismo contemporâneo (REIS, PASCOAL, JUNIOR e MARIANO, 2010. p. 09).

¹⁰ Porém, faz-se necessário constatar que é importante, também, o posicionamento desses profissionais nos campos de atuação, para além das amarras do capital. Assim, é fundamental uma postura que corrobora na construção emancipatória e política desses/as trabalhadores/as.

subsistência, sua força de trabalho. Sendo que, a cada dia é negado, a milhares de pessoas, até o acesso a esta venda de força de trabalho, pois o avanço tecnológico acarreta a redução de postos de trabalho para a produção do capital, uma marca indelével do processo de consolidação dos monopólios e do desenvolvimento tecnológico, que favorece apenas ao capital (REIS, PASCOAL, JUNIOR e MARIANO, 2010 p. 01).

Além disso, o capital não tem interesse em assegurar direitos sociais ou mesmo contribuir na luta contra a extrema pobreza ou demais vulnerabilidades sociais, pelo contrário ele se apropria desses direitos e transforma as relações humanas e sociais de modo avassalador na busca da objetificação dos corpos e reduzindo as pessoas à mercadorias dentro dessa dimensão mercantilista. De fato, o capital necessita que haja essa dominação dos donos dos meios de produção sobre a classe trabalhadora para reafirmar desigualdades inerentes ao capitalismo e sua disseminação.

É justamente esse conjunto de prerrogativas que permeiam o capitalismo que o tornam um modelo de dominação responsável pela subalternização das classes populares. O cerne do capitalismo é contribuir à permanência e individualização da sociedade de forma que esta seja essencialmente sustentada em condições materiais que refletem estruturalmente no dia a dia da sociedade e perpetuam desigualdades.

E caracterizado por essas desigualdades relativas entre capital e trabalho é de suma importância ponderar a perspectiva central da categoria trabalho, pela análise marxiana e o lugar fundamental que esta tem na conformação da vida humana e das relações sociais pelo modo de produção capitalista. Outrossim, a sociedade mercantil passa por um processo de desenvolvimento científico, econômico e tecnológico expressos na fomentação da paupérrima situação socioeconômica da classe trabalhadora (SANTOS, 2012).

Dessa forma, há uma desvalorização da empregabilidade estável, um aumento da precarização nas condições de trabalho desbalanceadas e nos direitos trabalhistas. Santos (2012), descreve que:

[...] as demissões, no que pese o custo da indenização de dispensa sem justa causa, atuam como um mecanismo para rebaixamento dos salários, preservando, obviamente, os limites da produtividade. Evidencia-se, dessa forma, que o custo de um empregado com estabilidade é consideravelmente maior com o passar dos anos, pela dificuldade em demiti-lo e pelos direitos processualmente adquiridos na carreira; já quando lança mão da rotatividade, o empregador pode manter sempre baixo o patamar salarial de seus empregados, que são dispensados a baixo custo, antes de se tornarem “caros” para o processo de acumulação (SANTOS, 2012, p. 166).

Concernente a isso, o número de demissões no início da empregabilidade, conhecido como períodos de treinamento ou adaptação no local de trabalho, se

intensifica, já que a empresa possui menos obrigações para com aquela pessoa contratada. Além disso, esse parâmetro de repressão de direitos é dado por intensa exploração, marcada por expedientes extensos, muitas horas trabalhadas ao dia em troca de um baixo salário que não pleiteia de forma justa a força de trabalho e sua aplicação nas atividades laborais propostas nos âmbitos profissionais.

Assim, o processo de exploração no trabalho se confere pela acumulação de capital e em práticas de expropriação dos direitos trabalhistas. Ademais, as configurações que perpassam esse modelo de relação, latente ao capitalismo, apontam para a miséria imposta por à classe trabalhadora pelos capitalistas. Conseqüentemente, o desemprego é instaurado nas classes sociais (que não pertencem aos donos dos meios de produção) e expõem a contradição do capitalismo na esfera social.

O desemprego enquanto expressão da “questão social” adquire o caráter de desemprego estrutural na economia brasileira desde que o capitalismo retardatário completa seu ciclo, no auge da “industrialização pesada”. Isso define uma particularidade essencial, posto que ocorre no momento em que as forças produtivas do capitalismo brasileiro pareciam acompanhar a tendência mundial fordista. Isso significa dizer que, ao entender o desemprego como uma determinada expressão da “questão social”, cuja gênese comparecem, de modo decisivo, reformas nos mecanismos de regulação do mercado de trabalho e proteção social sob responsabilidade estatal, não poderia, ao estudá-lo, prescindir das referidas mediações (SANTOS, 2012, p.172-173, grifos do autor).¹¹

Exemplificando, o debate alusivo ao desemprego, segundo Santos (2012) assegura a este diversas mediações aglutinadas às relações sociais estabelecidas pelo capitalismo, particularizadas na gênese brasileira advindas das produções dessa lógica mercantil. Dito isto, o desemprego estrutural à sociedade brasileira é reflexo do capitalismo como modo de produção dominante no cenário nacional.

O desemprego acirra as expressões da questão social e atinge diretamente as condições materiais de vida da população. Reflete, portanto, nas dimensões da vida social: habitação, alimentação, saúde, lazer, cultura e segurança, por exemplo. Dessa forma, o desemprego estrutural também sustenta questões como: pobreza, violência, criminalidade e adoecimento (físico e mental). Essas questões estão às portas das políticas sociais que objetivam o enfrentamento da desigualdade social no país, e que constituem os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais (COUTINHO, ALVES e SANTOS, 2020, p. 04).

A partir do fim da estabilidade no emprego, nas formas de contratação e na

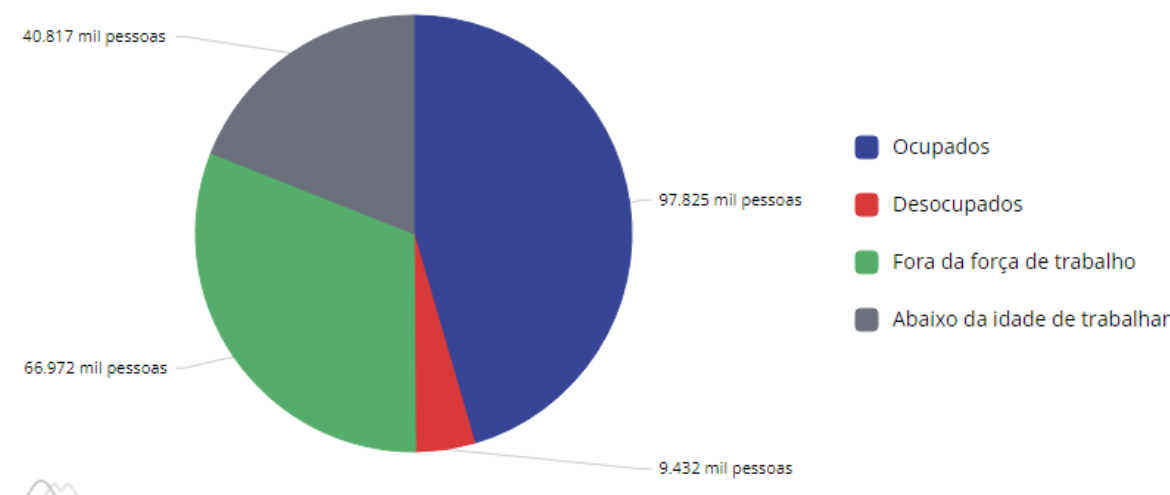
¹¹ Capitalismo brasileiro como termo utilizado por Santos (2012) no livro “Questão Social: particularidades no Brasil”.

jornada de trabalho, acirra-se o desemprego e as taxas rotatórias relativas ao corpo profissional presente nos espaços. Assim, alusivo ao primeiro trimestre de 2023, o IBGE dispõe que aproximadamente 9,4 milhões de pessoas encontram-se desempregadas. Porém, é importante evidenciar que o termo “desempregado” corresponde às pessoas acima de 14 anos de idade (consideradas como aquelas que possuem idade para trabalhar), ou seja, para estar incluso nessa categoria, além de não possuir um emprego, é necessário ter a idade mínima estabelecida, estar disponível e a procura de um emprego (IBGE, 2023).

A PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) é uma forma de pesquisa específica utilizada pelo IBGE para análise de dados referente ao contexto brasileiro e demonstra, aproximadamente, quantas pessoas estão desempregadas em âmbito nacional. Segue o gráfico 1 da consulta pública da PNAD 2023, relativo ao primeiro trimestre de 2023 sobre a população brasileira de acordo com as divisões do mercado de trabalho expostas na pesquisa.

Gráfico 1

População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 1º trimestre 2023



Fonte: IBGE/PNAD Contínua, 2023.

Concernente ao termos apresentados no gráfico o IBGE (2023) explicita que, “Ocupados” refere-se às pessoas empregadas no setor público ou privado, com ou sem carteira assinada, ou estatutários/as, trabalhadores por conta própria ou trabalhadores domésticos com ou sem carteira assinada. “Desocupados” remete às

pessoas que atualmente estão desempregadas e não encontram-se em nenhuma forma de inserção no trabalho. “Fora da força de trabalho” faz alusão às donas de casa que não trabalham fora, adolescentes ou adultos em idade escolar/universitária e que não trabalham, outras pessoas que não possuem condições de trabalhar e aposentados. Por último, o termo “Abaixo da idade de trabalhar” corresponde às crianças e adolescentes que possuem idade inferior à 14 anos.

Relacionado à taxa de desemprego no 1º trimestre de 2023 no Brasil, visto no gráfico 2 pela palavra “desocupação”, pode-se observar a divisão da taxa exposta pelas regiões do País e pela porcentagem nacional que compreende a estimativa de pessoas desempregadas durante a pesquisa feita pelo IBGE, através do método PNAD.

No momento da pesquisa a porcentagem referente ao desemprego no Brasil compreendia 8,8%, aproximadamente 9,4 milhões de pessoas. Contudo, vale ressaltar o apontamento feito pela pesquisa sobre pessoas que possuem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou o Benefício de Transferência de Renda, conhecido popularmente como Programa Bolsa Família, não estão diretamente relacionadas ou mesmo apresentam vinculação direta com estarem empregadas ou desempregadas (IBGE, 2023).

De acordo com o estudo essa relação pode ocorrer por meio de três hipóteses, sendo essas:

I - Pode ocorrer de beneficiários do programa seguro desemprego estarem trabalhando na informalidade (por exemplo, trabalhando como motorista de aplicativo ou no comércio ambulante), e dessa forma serão classificados como “ocupados”.

II - Pode ocorrer ainda de beneficiários do programa seguro desemprego não estarem ocupados e não terem tomado providência efetiva para conseguir trabalho, e portanto, serão classificados como “fora da força de trabalho”.

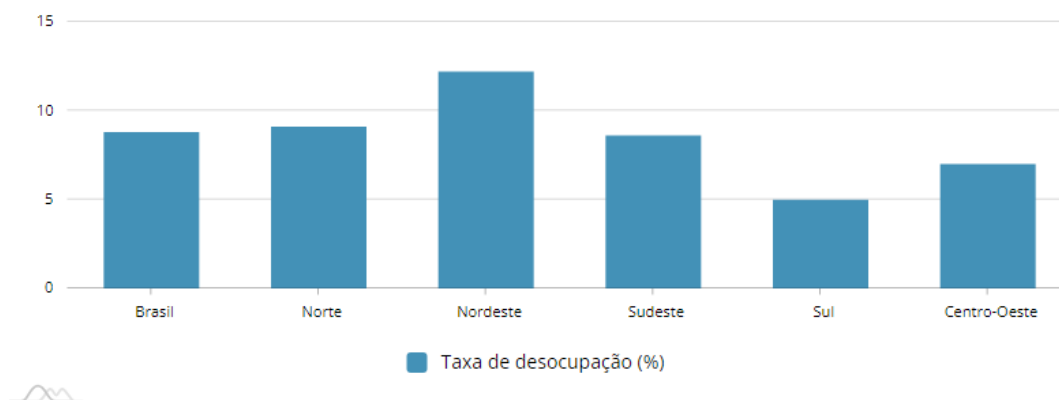
III - Pode ocorrer também de beneficiários do programa bolsa família ou do BPC não estarem trabalhando e nem terem tomado providências para conseguir trabalho, dessa forma, serão classificados também como “fora da força de trabalho”.

Essas hipóteses colaboram para mensurar como os benefícios ofertados pelo poder público, não contam como renda fixa à população que o obtém, pois podem

variar segundo a renda ou não renda de cada núcleo familiar.¹² Para exposição dos dados, segue abaixo o gráfico 2 referente à pesquisa do IBGE.

Gráfico 2

Taxa de Desocupação no Brasil e nas Grandes Regiões, 1º trimestre 2023



Fonte: IBGE/PNAD Contínua, 2023.

O desemprego confere-se como um problema significativo no País ao afetar milhares de pessoas nas mais distintas regiões brasileiras. Fatores sociopolíticos e socioeconômicos influenciam diretamente na dimensão do acesso às políticas de empregabilidade e permanência efetiva nos locais de trabalho. Para mais, a taxa de desemprego no Brasil sofreu variações ao longo dos anos e durante a recessão econômica que ocorreu entre 2014 e 2017, houve um significativo aumento na taxa de desemprego representativa daquele período.

Em um contraditório e inconstitucional processo, a presidenta eleita Dilma Rousseff sofreu impeachment em abril de 2016. Anunciava-se o fim do ciclo petista de governo e o possível abandono das estratégias neodesenvolvimentistas de crescimento econômico. Segundo Bresser-Pereira (2011), o impeachment e a tomada do poder pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) de Michel Temer trariam uma guinada ao neoliberalismo e consequente estagnação econômica aos moldes dos anos 1990. Foram tomadas medidas no sentido de mudar a direção das estratégias econômicas para outras claramente liberalizantes. A primeira reforma realizada foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016, a qual foi aprovada em 15 de dezembro de 2016 (Emenda Constitucional nº 95). Com o argumento de retomar o crescimento econômico, o Governo Temer limitou constitucionalmente os gastos públicos por 20 anos, diminuindo o Estado e impedindo que o sistema constitucional de proteção social (que inclui saúde, previdência e assistência sociais) funcionasse de maneira adequada às necessidades da população (SOUZA e HOFF, 2019, p.09).

¹² Para mais informações sobre o regulamento do Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família, consultar os arquivos fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Dessa forma, os setores econômicos foram afetados pelo avanço do desemprego que influenciou nas composições do mundo do trabalho e na produção que este trabalhador executa através da força de trabalho posta no ofício que torna-se mercadoria para o capital e o trabalhador passa a produzir não para si, mas para o capital.

Ademais, o efeito dessa dinâmica econômica afeta também os assistentes sociais, por meio de vínculos empregatícios precários dentro de espaços sócio ocupacionais que não asseguram valores fundamentais expostos no Código de Ética Profissional e com isso cria-se o desmonte dos direitos sociais voltados à categoria profissional.

As relações de trabalho no campo do Serviço Social na contemporaneidade são atravessadas por esse avanço do neoliberalismo e sua potencialidade em gerar desordem em políticas públicas. Há um alto índice de contratações temporárias e precarização da atuação profissional no campo das políticas que envolvem o fazer profissional do Serviço Social na instituição.

2.2 OS DESDOBRAMENTOS DO TRABALHO INFORMAL NO BRASIL

Da Silva (2019), explicita que a informalidade no mercado de trabalho corresponde não só ao capitalismo dependente, mas também às diversas dinâmicas sociais que constituem os processos de trabalho relativos à produção e distribuição de mercadorias, diretamente ligados à atividade laboral desses trabalhadores. A partir disso, o avanço neoliberal influenciador das relações de mercado intensifica a fragilização dos vínculos econômicos e fortalece a precarização no cotidiano do trabalho.

A informalidade não é exclusiva do Brasil, é possível vê-la em diversos países do mundo como forma de subsistência da classe trabalhadora que procura formas de resistir às amarras do capital (De Soto, 1987). Além disso, desvelar o condicionante desemprego como uma das múltiplas expressões da Questão Social revelam as composições de sociabilidade presentes no modo de produção capitalista e como essas expressões atravessam a vida de diversas pessoas inseridas na baixa renda ou pobreza extrema, que procuram alguma forma de sustento, dentro das especificidades dos mais distintos núcleos familiares.

Para mais, trabalho informal ou informalidade no trabalho significa toda ação/atividade laboral que não está inserida ou direcionada de forma regulamentada por alguma lei trabalhista, de forma judicial (da Silva, 2019). Também engloba formas de ações a esse trabalhador informal não possuidor de alguma documentação (pode ser um número de registro profissional, carteira de identificação da profissão, dentre outros modos de afirmar leis que sustentam a profissão como “legal”) que regulamenta a ação exercida por esse trabalhador.

As configurações que perpassam o trabalho no capitalismo, abruptamente, modificam sua gênese o tornando, agora, essencial para perpetuar as manobras do capital e dentro dessa nova configuração está exposta a categoria informal de trabalho. Ademais, no capitalismo o princípio de subsistência do indivíduo é alterado pela validação da mercadoria em detrimento ao trabalhador. Por conseguinte, não há categoria profissional que não produza ou não contribua no processo de gerar valor.

O impulso da lei do valor ora convoca, ora libera trabalhadores, ora os assalaria, ora usa força de trabalho na clandestinidade, dando-lhes em troca situações ilusórias, como a ideia de autonomia que se apoia na dualidade econômica, argumento que não se funda na prática social, com o que fica demonstrado o equívoco que é discutir o “setor informal”, enquanto um conceito fechado que não dá conta da realidade (TAVARES, 2004, 41).

Referente à ideologia neoliberal as captações do trabalho informal favorecem as relações individualistas no mercado de trabalho que impulsionam o surgimento de microempresas favoráveis à uma economia fragilizada dentro da sociabilidade capitalista que visa lucros rápidos e exploração no liame do trabalho assalariado. Sendo assim, os avanços da informalidade evidenciam processos de precarização na narrativa sobre profissões desencadeadas pelo desemprego estrutural brasileiro.

A partir do espaço de movimentação oferecido às empresas pelas políticas flexibilizadoras, o trabalho formal com as regulações que ainda o caracterizam está desaparecendo. Ora, criar emprego não é função do capital. Mas este, já o sabemos, não existe sem trabalho. “Não é o trabalho que utiliza os meios de produção; são os meios de produção que utilizam o operário”. Ser capitalista implica comandar o uso dos meios de produção, isto é, a própria produção. Para que os meios de produção funcionem, o capital necessita do trabalhador, que “acrescenta ao objeto do trabalho novo valor, por meio do acréscimo de determinado quantum de trabalho, abstraindo o conteúdo determinado, a finalidade e o caráter técnico do trabalho” (TAVARES, 2004, p.51).

Além disso, esse estímulo ao individualismo no trabalho remete a características alienantes já descritas nas críticas à economia política feitas por Marx, onde o trabalhador passa a enxergar somente a própria ação na esfera do processo

de trabalho. Outrossim, essa correlação posta aos segmentos do trabalho apontam para o crescimento privativo das mais distintas microempresas pela perspectiva de empreender e não consideram que

Dito posto, essas nuances do trabalho informal demonstram como o modo de produção capitalista estabelecido por um Estado repressor de direitos implanta ideologias de “faça você mesmo”, “seja seu próprio patrão”, no espectro de tornar pessoas categorias como desalentadas/desempregadas na visão de torná-las microempreendedoras.

A ideologia do “autoemprego”, embutida nessa visão empreendedora, também é propagada pelo Estado com base na argumentação de maior rentabilidade, liberdade e autonomia do trabalhador como proprietário de seu próprio negócio. Os trabalhadores informais são chamados de “empresariado emergente e difuso” da empreitada privada, de origem popular. Assim, microempresas populares seriam o auge dessa forma de atividade na contemporaneidade e o trabalho informal não é algo externo ao modo de produção capitalista (DA SILVA, 2019, p. 99).

Essas condições de informalidade são caracterizadas por novas relações no mercado de trabalho que expressam uma realidade latente no Brasil, caracterizado pela não existência de um registro formal, proteção social ou direitos trabalhistas. Ou seja, trabalhadores do setor informal¹³ encontram dificuldades basilares às condições de trabalho que transmitem as contradições do capitalismo.

Relativo a isso, Da Silva (2019) descreve a respeito da ética dos conhecidos como trabalhadores/mercados ambulantes e expõe algumas das organizações desses grupos através de locais publicizados voltados para as ações dessa comunidade.

Para os “outsiders”, a licença para trabalhar como ambulante e a utilização do espaço público [...] Primeiramente em decorrência da crise do capital, que acirrou o desemprego. E também pela abertura democrática, que ampliou a politização de problemas sociais dessa natureza, alterando a correlação de forças na sociedade. A legalização do espaço e a autorização para trabalhar atravessam essas práticas de trabalho e tornam mais ambígua a referência de informalidade para o trabalho ambulante (DA SILVA, 2019, p.114).

Essa afirmação remete à percepção do trabalhador informal em seu campo de atuação e reforça a necessidade de compreender como o desemprego agudizado no

¹³ Compreende as informações sobre unidades econômicas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar ocupação e rendimento para as pessoas envolvidas, operando, tipicamente, com baixo nível de organização, com alguma ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção, e em pequena escala, sendo ou não formalmente constituídas (IBGE, 2003).

capitalismo traz significativas consequências para os indivíduos e para a sociedade como um todo. A partir dessa notoriedade exposta por esses trabalhadores é fomentada uma nova perspectiva da relação comercial e demais desdobramentos.

Além disso, o desenfreado desenvolvimento tecnológico também desempenha um papel significativo no acirramento da inserção de pessoas no mercado informal, intensificado pelo desemprego no País. A automação e a introdução de novas tecnologias avançadas que podem substituir trabalhadores em determinadas funções com o intuito de aumentar a produtividade das empresas e em decorrência disso há a dispensa da mão de obra humana para execução de atividades.

A inovação tecnológica implica mudança na combinação dos fatores de produção, onde o trabalho humano é substituído progressivamente pela utilização das máquinas, o que desencadeia dois processos: a) o aumento da produtividade e maior precisão na atividade produtiva e b) a correspondente diminuição dos postos de emprego. Se a inovação tecnológica potencializa a capacidade da produção da indústria, seu efeito colateral é elevar o desemprego (FIGUEIREDO, 2010, p. 04).

É importante salientar que o avanço e criação de tecnologias pode levar ao avanço econômico a longo prazo, entretanto também pode resultar em aumento do desemprego a curto prazo, principalmente para aqueles trabalhadores que possuem ações específicas cujas habilidades podem se transformar em obsoletas para o capital. Desse modo, pessoas desempregadas caracterizam-se em outras esferas estruturais do mercado em suas ocupações.

De fato, a classe dominante no modo de produção capitalista não está preocupada em articular estratégias que favoreçam a melhoria nas condições de trabalho ou mesmo a diminuição das taxas de desemprego, contudo faz-se necessário ao *modus operandi* do capitalismo que este seja fundamentado pelo trabalho para subsistir. Assim, o consumo de força de trabalho é essencial ao capitalismo mesmo no setor informal, alimentado por uma relação trabalhista precarizada, mas que ainda assim gera valor e contribui à manutenção deste (KOWARICK, 1985).

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a informalidade trabalhista chega a 40% em maio de 2021 e em pouco mais de três meses, dos 86,7 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, cerca de 34,7 milhões constituem a fração populacional que não possui carteira assinada ou CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica). Ademais, o número de trabalhadores por conta própria atinge 24,4 milhões, sendo no setor privado 9,8 milhões e pessoas pretas e pardas

correspondem a 64% de desempregados.

A crise estrutural, o desemprego e o subemprego, os novos fluxos migratórios, tudo isso ganhou novas significações, ampliando enormemente as clivagens dentro da classe trabalhadora dos países capitalistas centrais. No Sul, as particularidades e singularidades da classe trabalhadora fazem com que suas clivagens (por certo existentes e relevantes) não tenham, entretanto, a intensidade do centro, de modo que falar em “uma nova classe” abaixo do proletariado é uma completa desproporção, assim como foi um equívoco empírico e analítico falar em aristocracia operária como um fenômeno duradouro nas periferias. Desse modo, o precariado – se assim o quisermos chamar – deve ser compreendido como parte constitutiva do nosso proletariado desde sua origem, o seu polo mais precarizado, ainda que seja evidente, como já indicamos ao longo deste capítulo, que entre nós também venha se desenvolvendo com rapidez um novo contingente do proletariado, largamente vinculado aos serviços, com um traço geracional marcante (juventude) e cujas relações de trabalho estão mais próximas da informalidade, do trabalho por tempo determinado, dos terceirizados e intermitentes, modalidades que não param de se expandir (ANTUNES, 2018 p. 68-69).

Dessa forma, a construção social do trabalho informal se dá pelo avanço do neoliberalismo e de como este intensifica a pauperização da classe trabalhadora e agudiza as desigualdades sociais presentes no capitalismo. Com isso, a população que não possui os meios de produção precisa se inserir nessa categoria de trabalho, incorporando-se aos mais distintos espaços para obter alguma renda advinda dessa esfera da informalidade.

É notória que as relações trabalhistas no âmbito informal são diferentes porque permitem que este trabalhador, em alguns aspectos, seja “seu próprio patrão”, contudo as vivências durante essas atividades precisam ser analisadas através de uma ideia de conjuntura que envolve a percepção desses sobre o meio inserido e os possíveis riscos dessa informalidade do trabalho. Alusivo à essa afirmação, Da Silva (2019), apresenta que:

Esses trabalhadores se caracterizam por experimentar um cenário de insegurança social. Sem amparo em legislação social e sem garantia de estabilidade de rendimento, vivem na urgência do sustento da família. Ao mesmo tempo, essa urgência da sobrevivência reitera as condicionalidades negativas para inserção em trabalho no mercado informal: a) baixa escolarização; b) falta de qualificação para as demandas do mercado de trabalho e c) ausência de tempo para procurar emprego. Desse modo, a atividade de ambulante tende a se perpetuar, como herança para diferentes membros da família, resignificando suas possíveis escolhas profissionais e de vida (DA SILVA, 2019, p. 115).

Uma das perspectivas expostas nessa análise é justamente não romantizar a economia informal e suas atribuições porque para a inserção nesse campo do trabalho, outrora as pessoas estavam desempregadas e a aplicação da informalidade nas mais distintas formas de vender/comercializar algum produto denota a expressiva

necessidade das pessoas sobreviverem e não passarem fome. Ou seja, é comum ver pessoas vendendo doces em sinais de trânsito, variados produtos nos transportes ferroviários, sendo limpador de parabrisas em estacionamentos, dentre outras atividades.

Por mais que essas ações sejam a forma encontrada por essa parcela da população com o intuito de subsistir na conjuntura social capitalista, na relação de capital, trabalho e salário, essas realidades não podem ser romantizadas. Pois, revelam a perpetuação das desigualdades sociais e trabalhistas, além de expor essa população a inúmeros riscos no trabalho sem o amparo de legislações voltadas à proteção social destes.

Os trabalhadores ambulantes estão situados num universo de trabalhadores que não estão inseridos no mercado formal de trabalho. Assim sendo, uma parcela desses trabalhadores está disponível para a qualquer momento ser capturada pelo movimento do capital. Desse modo, tornam-se funcionais ao sistema à medida que colaboram para o rebaixamento do nível de salários dos trabalhadores formais, configurando como componente do “exercício industrial de reserva” (DA SILVA, 2019, p. 118).

Cunha (2009) atravessa o pensamento de como, também, os modelos de convivência entre esses trabalhadores é permeada por múltiplos conflitos no campo do trabalho, além da repressão social direcionada a estes por “ocuparem” espaços públicos, com barracas, mercadorias, produtos e qualquer outro material fundamental para o cotidiano trabalhista destes constituindo uma economia informal no espaço delimitado.

O “saber-fazer” da atividade ambulante é marcado pela diferenciação e heterogeneidade, tanto no âmbito da organização da atividade, quanto nas formas de inserção no trabalho ambulante. Desse modo, a organização requer o mínimo de planejamento e de divisão de tarefas que lhe são inerentes. As formas de inserção dependerão do local de exercício - se itinerante, fico ou alocado em lugares fechados - e das relações de trabalho - se ajudante, proprietário ou sócio. Assim, é preciso considerar certa hierarquia e subordinação no trabalho ambulante enquanto estratégia de seu saber-fazer. Na prática laborativa do ambulante, há trabalhadores contratados como ajudantes; outros são situados como sócios ou parceiros na divisão da compra das mercadorias. [...] Em outros casos, existem trabalhadores ambulantes que possuem várias barracas e até mesmo uma equipe de trabalho (DA SILVA, 2019, p.108).

A relação desses trabalhadores é delimitada por especificidades do cotidiano trabalhista destes e das dinâmicas acordadas entre os vendedores e revendedores nos espaços públicos. O modelo de convivência e das “leis” criadas pelos trabalhadores informais varia de acordo com a territorialidade e os locais de

comercialização. De fato, cada grupo de trabalhadores possuirá uma organização interna e regimentos próprios para direcionar as funções no dia a dia (CONSERVA, 2004).

Para mais, os modelos de gerenciamento tomados pelos trabalhadores informais estabelecem uma relação com os cliente, no que tange à compra de produtos mais baratos do que aqueles comercializados por grandes empresas e outras lojas. Justamente por essa característica é possível afirmar que pela redução de impostos, a população, principalmente a mais empobrecida, se afeiçoa com esse modelo de mercado, pois é sustentável dentro das finanças de boa parte da população, por não contar com o (IPI) Imposto sobre produtos industrializados.¹⁴

Frente ao exposto, é possível afirmar que o trabalhador informal na sociabilidade capitalista produz valor, mas não produz mais-valia, pelo contrário, sutilmente, este afia a mais-valia já existente na revenda dos produtos que este trabalhador obtém de uma exploração. Ou seja, para comercializar nos espaços públicos, o trabalhador informal necessita comprar sua mercadoria e após isso tributá-la um novo valor para que este possua algum lucro. As relações sociais se dão pelo trabalho, quanto mais o trabalho é rentável ao capital, mais apreço popular este tem.

2.3. POPULAÇÃO NEGRA E A INFORMALIDADE DO TRABALHO

Conforme o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, realizado pelo IBGE, traduz a constante luta da população negra¹⁵ na superação do racismo e das desigualdades socioeconômicas que este gera. A sociedade e o Capitalismo no Brasil são constituídos pela escravização dos povos africanos e na exploração da força de trabalho dessas comunidades trazidas às Américas.

No Brasil, essas relações estruturais permeiam o cotidiano de pessoas pretas ou pardas no País e conseqüentemente influenciam as formas de sociabilidade dessa população, sendo assim, a inserção em determinados espaços sócio ocupacionais é delimitada não apenas pela conjuntura desigual pelo avanço do capitalismo, mas raça/etnia é fator fundamental nas múltiplas esferas societárias manifestadas pelas

¹⁴ Para mais informações sobre o IPI, acesse o site da Receita Federal alusivo às leis e decretos que sustentam a cobrança de impostos sobre produtos industrializados. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/legislacao-por-assunto/ipi>> .

¹⁵ Utiliza-se o termo “População Negra” para referenciar pessoas autodeclaradas como pretas ou pardas, baseado no Estatuto de Igualdade Racial, Lei Nº 12.288 de 20 de Julho de 2010, elencado no Art 1º. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>.

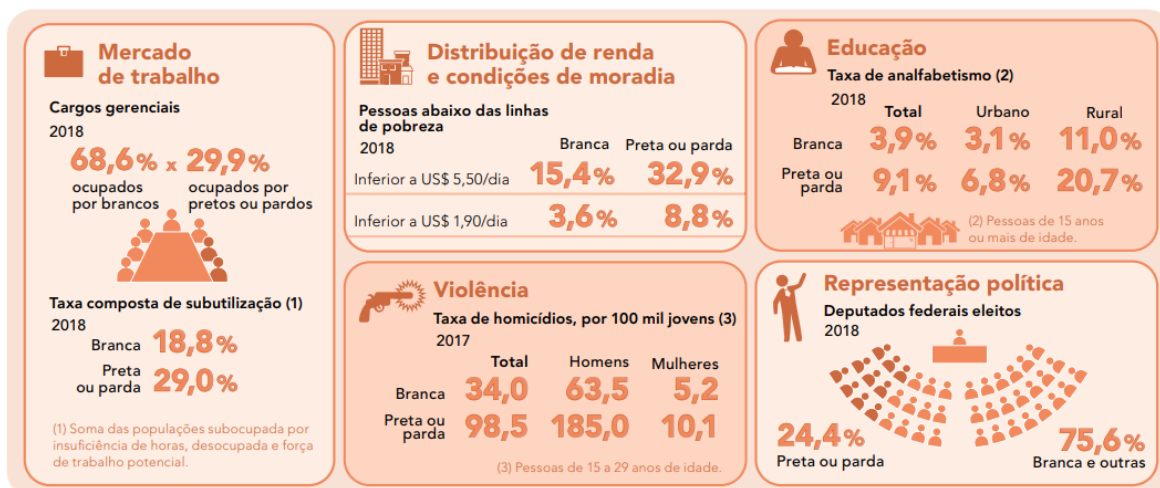
relações sociais.

Nesse sentido, é compreensível que o racismo aglutinado ao incidente avanço do modo de produção capitalista interfere diretamente no imaginário e nos ideais de trabalho, políticos e sociais da população negra (ALMEIDA, 2021). Ademais, as desigualdades sociais manifestas pela herança escravista brasileira são marcadores da perpetuação do pauperismo de pessoas pretas ou pardas no Brasil.

Então, à medida que o racismo se estruturaliza e é inundado pelo avanço neoliberal resulta numa combinação que reforça, inexoravelmente, as desigualdades socioeconômicas em pessoas não brancas. Sobre isso, Almeida (2021, p.64) dispõe que “os privilégios de ser considerado branco não dependem do indivíduo socialmente branco reconhecer-se ou assumir-se como branco”, assim as condições sociais expressas à população branca se consubstanciam na socialização e hierarquização dessa classe.

Vale ressaltar que pessoas brancas empobrecidas e desempregadas existem, contudo a população negra se insere prevalentemente nesses aspectos, pois a conformação do capitalismo brasileiro advém dessa dupla relação de exploração por meio do racismo e do capitalismo.

Relativo a isso, o estudo realizado pelo IBGE evidencia como pessoas pretas ou pardas são inseridas em maior número nas esferas de desemprego ou no mercado informal de trabalho, se comparadas às pessoas brancas. Conforme quadro abaixo:



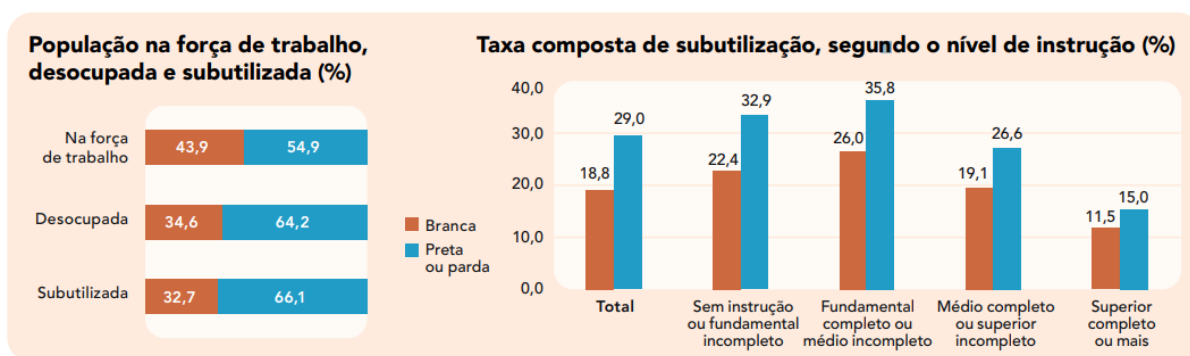
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

A pesquisa no quadro acima aponta que pessoas pretas ou pardas correspondem a 29% compostas nas taxas de subutilização, enquanto as pessoas brancas somam 18,8%. Faz-se necessário salientar que a pesquisa, de 2018, encontrada na página do IBGE é a mais recente quando procurada por desigualdades por cor ou raça. Isso exprime consideravelmente a forma com que os dados são desatualizados quando referentes a temas específicos.

Além disso, pessoas pretas ou pardas representaram no momento da pesquisa a maior parte da força de trabalho no Brasil, chegando a marca de quase 58 milhões. Essa porcentagem, reflete o perfil populacional das pessoas desempregadas e inseridas na economia informal de trabalho, resultante das desigualdades sociais permeadas pelo racismo.

O racismo é uma ideologia, desde que considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas. Mulheres negras são consideradas poucos capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão, expostas a todo tipo de violência (ALMEIDA, 2021, p.67).

De acordo com o gráfico 3 abaixo, pessoas pretas ou pardas são apresentadas como majoritárias nos campos: força de trabalho, desocupação (desemprego) e subutilizadas. Também correspondem como maioria se levada em consideração as taxas compostas de subutilização, segundo o nível de instrução, informado pelo IBGE.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

Sobre o estudo apresentado, nota-se que as pessoas inseridas no mercado informal de trabalho representam majoritariamente aquelas que se autodeclararam pretas ou pardas e isso é imprescindível para uma análise de conjuntura que não “insere” raça no debate somente, mas que parte do racismo agudizado pelo avanço do capitalismo que além de distinção étnica, posiciona pessoas negras na

subalternização e precarização do trabalho.

A inserção predominante de pessoas negras no mercado informal não origina-se por acaso, mas é resultado de toda uma conformação histórica, social e política que formaliza o modo de produção de capitalista no Brasil e manifesta uma sociedade desigual de classes e na hierarquização de pessoas brancas sobre pessoas negras, ou indígenas, ou asiáticas e qualquer outra composição étnica que desvie da branquitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que o TCC era desenvolvido foi possível compreender as dinâmicas estabelecidas pelo modo de produção capitalista e como este caracteriza um cenário de insegurança social e desestabilidade financeira pelas crises. As estratégias de dominação burguesa exacerbam o modo com que as formas de sociabilidade são segmentadas pela estruturalidade de desigualdades sociais e fomentadas por avanços neoliberais que pleiteiam a disseminação dessa conjuntura.

Frente a isso, o escopo deste texto apresentou como o processo de trabalho (os meios de trabalho, os objetos do trabalho e a força de trabalho) elucida os desenvolvimentos dessas ações na sociedade capitalista, pela exploração da força de trabalho e gesta alienação dos indivíduos sobre este mesmo processo. Também demonstra como o modo de produção capitalista necessita explorar a classe trabalhadora para subsistência como ideologia dominante.

A composição capitalista ensoberbece a burguesia ao reafirmar preceitos dominantes que salientam a formação social brasileira em diversos aspectos políticos e econômicos. Dito isso, as dimensões do capitalismo abruptamente se imbricam nas relações sociais na transformação das mercadorias em produtos pelo trabalho assalariado na materialização da força humana de trabalho.

Para mais, o que se compreendeu ao longo do escrito alusivo ao trabalho e suas dimensões é como o capitalismo impulsiona a expressiva pauperização na sociedade, principalmente à população negra, e a desvalorização desses corpos decorrentes do racismo permeado no cotidiano.

Além disso, apresentou as distintas formas de organização social estabelecidas pelos trabalhadores informais, conhecidos também como mercadores ambulantes, nos espaços públicos e demais territórios onde realizam seu ofício. Também, elucidou de forma concreta como a informalidade é resposta da classe trabalhadora referente à crise do capital.

Expostos, historicamente, pelo controle e dominação de poder tomados pelos donos dos meios de produção incorporados ao materialismo histórico da análise de Marx, relativo à categoria trabalho e suas disseminações na contemporaneidade pela renovação das formas de exploração presentes na sociedade mercantil.

Outrossim, apresentar como o trabalho é essencial para a subsistência humana, elucida a importância de pensar as categorias de trabalho como valorização da vida humana pelas produções das relações que o ser humano estabelece por meio

da troca de mercadorias, objetos e outros instrumentos na intenção de gerar valor. Assim, os valores dispostos aos produtos aparecem como forma concreta nas relações do trabalho informal, mesmo que este “não produza mais-valia diretamente”.

A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma de igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, de dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social de seus trabalhos (MARX, 1975, p.37).

Dessa forma, os trabalhadores informais apresentam determinado valor para a sociedade mercantil que intervém nas complexas relações e dinâmica fomentada pela ideologia dominante do capital. A partir disso, as condições de trabalho, localização, mercadorias, dentre outros fatores que abarquem a realidade do trabalho na sociedade capitalista são provenientes das transformações exigidas por esse modo de produção.

O processo de trabalho (objetos de trabalho, instrumentos de trabalho e força de trabalho) corresponde a toda uma conjuntura de produção de valores existentes nas variáveis exploratórias do capital. Segundo isso, Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam:

A análise do processo de produção capitalista como processo de trabalho esclarece o fundamento da mistificação que considera o capital como coisa. Considerando-se, simplesmente, o substrato material do valor do capital, substrato este determinado pela natureza do processo de trabalho, considerando-o, entretanto, isolado das relações sociais e das relações de propriedade que se estabelecem entre a classe capitalista e a classe trabalhadora na produção (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 47).

Para mais, as formas de trabalho e de racionalidade impostas pelo neoliberalismo têm incidido na perpetuação de uma parte concreta da população, composta por pessoas pretas e pardas, a se manter nesses lugares de exploração, e sobretudo de absorção das práticas nefastas que se impõem com o capitalismo, e as estratégias de alienação aprimoradas nele na contemporaneidade.

Assim, esse TCC apresentou em seu escrito, através da análise criteriosa marxiana sobre a categoria trabalho, focalizado nas relações informais do trabalho manifestados pelo avanço do desemprego no Brasil fundamentado pelo modo de produção capitalista como força incitante das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D. P. **O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais.** Revista: Sociedade e Estado, Vol. 34, Nº 01. Janeiro-abril. 2019.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 7 ed. Cortez, São Paulo. 2000.

_____. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** São Paulo. Jandaíra, 2019.

AZEVEDO, A. N. **A reforma Pereira Passos:** uma tentativa de integração urbana. Dossiê Temático, Revista Rio de Janeiro. Nº 10. Maio-agosto, 2023.

CARVALHO, S. S. de. **Uma visão geral sobre a reforma trabalhista.** Mercado de trabalho: conjuntura e análise, Ipea, Ano 23, p. 81 - 94, 2017. Disponível em: <[http://federacaodasaude.org.br/upload/file/Boletim%20Mercado%20de%20Trabalho%20IPEA%20Outubro%202017\(1\).pdf#page=83](http://federacaodasaude.org.br/upload/file/Boletim%20Mercado%20de%20Trabalho%20IPEA%20Outubro%202017(1).pdf#page=83)> Acesso em junho de 2023.

CONSERVA, M. de S. O labirinto da atividade na cidade de João Pessoa. In: ARAÚJO, A.; ALBERTO, M. de F.; NEVES, M.Y.; ATHAYDE, M. (Orgs.). Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigmas. Rio de Janeiro: 2004.

COUTINHO, C. N. C. Cultura e sociedade no Brasil - ensaios sobre ideias e formas. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

COUTINHO, D. C. M.; ALVES, G. F. e SANTOS, R. dos. **Trabalho e desemprego no capitalismo:** reflexões para o Serviço Social. Revista: O Social em Questão. Nº 47. Maio-agosto, 2020.

CROCCO, F. L. T. **Georg Lukács e a reificação:** teoria da constituição da realidade social. Revista Kinesis, Vol. 01, Nº 02. Outubro, 2009.

CUNHA, A. M. Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho. Revista Katálysis. Florianópolis, v.12, n. 1, p. 77-85, jan/jun., 2009.

DA SILVA, S. S. **Saúde mental e resistência anticapitalista.** 2023.

DA SILVA, P. L. M. **Transformações societárias e trabalho informal:** as tramas sociais do trabalho ambulante. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1 (especial), p.95-123., 2019.

ENGELS, F. **O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia**. 1981.

FIGUEIREDO, F. F. **Conjecturas sobre o desemprego a partir do desenvolvimento tecnológico na sociedade contemporânea**. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. 15, nº 878, 30 de Junho de 2010.

GENNARI, A. D. **Introdução ao pensamento de Francisco de Oliveira: um avis rara** na dialética brasileira. Revista Fim do Mundo, São Paulo, n. 01, jan/abr. 2020.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41ª .ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 209. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>> . Acesso em junho de 2023.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Editora: Paz & Terra. 2012.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo. Boitempo, 2013.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Introdução de Eric Hobsbawm. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro, 2006.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. – 1ª. ed. – São Paulo. Perspectivas, 2016.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, G. A. de. **As Faces da Alienação em Karl Marx**: da vida produtiva à vida genérica [recurso eletrônico] / Gleidimar Alves de Oliveira -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

PEREIRA, D. **Debate à luta de classes**. 2021.

REIS, A. P. dos; PASCOAL, H. F.; JUNIOR, R. P. F. e MARIANO, V. A. **O avanço do neoliberalismo no contexto do serviço social**: o projeto ético-político enquanto instrumento de defesa. 2010.

SOUZA, M. B. e HOFF, T. S. R. **Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil**: possíveis consequências para a habitação popular. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11. 2019.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

WALDMAN, M. **Mercantilismo e colonização**: colônias de exploração e de povoamento. Editora Kotev. Série: Educação Popular, Nº 02. 2018.